



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**JESSICA NUNES CORREIA**

**COSMOVISÃO DO POVO NALU:  
UMA LEITURA FILOSÓFICA SOBRE NTEMP (MATA)**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**JESSICA NUNES CORREIA**

**COSMOVISÃO DO POVO NALU:  
UMA LEITURA FILOSÓFICA SOBRE NTEMP (MATA)**

Projeto de pesquisa apresentado como parte do requisito para graduação no Curso de Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira - Instituto de Humanidades e Letras – Campus dos Malês.

Orientador: Prof. Dr. Cleber Daniel Lambert da Silva.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**JESSICA NUNES CORREIA**

**COSMOVISÃO DO POVO NALU:  
UMA LEITURA FILOSÓFICA SOBRE NTEMP (MATA)**

Projeto de pesquisa apresentado como parte do requisito para graduação no Curso de Bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira - Instituto de Humanidades e Letras – Campus dos Malês.

Data de aprovação: 30/01/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Orientador e Presidente: Prof. Dr. Cleber Daniel Lambert da Silva**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira(UNILAB)

**Examinador Interno: Prof. Dr. Ismael Tcham**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

**Examinador Interno: Prof. Dr. Paulo Donizeti Siepierski**

Universidadeda Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira(UNILAB)

## **AGRADECIMENTOS**

Antes de tudo, quero agradecer a Deus pelo dom da vida e por tudo que faz na minha vida. Mesmo na correria da vida universitária, não posso deixar de agradecer as pessoas que sempre estão comigo nos momentos bons ou maus. Por isso, quero agradecer à minha família por ter me dado a mão e ouvido para estar aqui. Também quero agradecer aos meus amigos que sempre demonstraram apoios incríveis. Minha gratidão à Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, pela porta que abriu para mim para poder dar continuidade aos meus estudos. Gratidão ao meu professor e orientador professor Dr. Cleber Daniel Lambert da silva por ter entrando comigo nesta viagem à terra de Tombali, dando todo apoio e orientações necessários para o desenvolvimento de trabalho. A demais, agradeço ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docencia, PIBIC FAPESB, por ter me dado essa oportunidade de trabalhar nesta pesquisa.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	6
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICA E DISCUSSÃO</b>	9
2.1	ABORDAGEM FILOSÓFICA SOBRE A COSMOVISÃO NALU	9
2.2	A LEITURA CONCEITUAL SOBRE A FILOSOFIA AFRICANA	16
2.3	A PERSPECTIVA FILOSÓFICA DE MATA ENTRE POVO NALU	21
<b>3</b>	<b>PROBLEMA DA PESQUISA</b>	27
<b>4</b>	<b>OBJETIVOS</b>	28
4.1	OBJETIVO GERAL	28
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	28
<b>5</b>	<b>HIPÓTESE</b>	28
<b>6</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	28
<b>7</b>	<b>METODOLOGIA</b>	30
<b>8</b>	<b>CRONOGRAMA DA ATIVIDADE</b>	32
	<b>REFERÊNCIAS</b>	33

## 1 INTRODUÇÃO

O nosso universo é muito grande para ter a vida somente num espaço, nos proporcionou várias formas de enxergar a humanidade em diferentes aspectos, seja o humano, seja não humano. Tende a vida para a concordância, é o poder natural que universo nos concedeu para viver a vida em qualquer espaço. Visto que, só nela que o homem se torne plenamente humano. Mas nenhum ser humano escolheu viver isolado, todos precisam dos outros para satisfazer as suas necessidades, sejam da base de natureza material, necessidade de cuidados ou em ação de natureza efetiva espiritual, e como para atingir os seus objetivos comuns. A relação entre o homem e a natureza deve manter-se boa e confortável, sem a natureza é impossível a vida do homem, e próprio homem é produto da natureza (CASTRO 1981).

Este trabalho é resultado da minha participação no projeto de pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC-FAPESB-2021-2022) que tem como título: Geofilosofia e cosmo-práxis corporadas: a questão da humanidade/animalidade no multinaturalismo ameríndio e na filosofia banto. Então as leitura dos textos que tralhamos neste projeto de pesquisa como: a Deleuze e Felix Guattari, Eduardo Viveiro de Castro e pensamentos pois colonial e de colonial e de outras disciplinas que eu cursei, como: Cultura e Meio Ambiente, Filosofia Africana e Sociologia Africana, Agenda de Pesquisa e Perspetivas. Nesse caso, a minha participação neste projeto de pesquisa de iniciação científica, acaba se cruzar com a minha expectativa da aquilo que eu tinha pensado trabalhar no meu trabalho de conclusão de curso como; Cosmovisão do Povo Nalu: Uma leitura filosófica sobre Ntemp (mata).

Neste sentido, o presente trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades de natureza bibliográfica busca apresentar as problemáticas e analisar os pensamentos, crenças, princípios e os saberes filosóficos do Povo Nalu da região Tombali em relação à natureza especificamente Ntemp (mata), nos aspectos medicinal, técnico, ecológico e religioso. Estes povos têm os conhecimentos ancestrais sobre a natureza entendida como um conjunto de interações que ocorrem entre os seres vivos e meios físicos. Nesta sequência, a expressão natureza remete ao mundo natural que incluía a vida em geral, a natureza concedeu para ser humano os elementos básicos, que acompanham a humanidade nas diferentes fases da sua evolução, das oportunidades para recriação, inspiração, benefícios e espiritualidade (SANTOS, 2014).

Com base nas fontes históricas são aceites a tese de que, os povos Nalus teria vivido em Meca originalmente, onde trabalhavam de forma obrigatória na construção de mesquitas. Os

Nalus fugiram da Meca para o Mali e do Mali para Timbú-Futá, depois passaram Bidjine, prosseguindo para Forea onde travaram grande guerra contra a etnia Fula que começou a pregar islamismo no meado 1860 a 1888. Dali foram para quedara, na zona de Cubussecu, indo para Tornbalí, Cubucaré e Quitafiné, República da Guiné-Bissau (TAVARES, 2018).

Além da ilustração sobre a origem histórica do Povo Nalu em Meca, também no meio social desse povo se veicula a outra narrativa filosófica sobre o assunto. Nesta perspectiva, Simões (1935) sustenta que os descendentes destes povos são mais variados cruzamentos dos nigricianos (nigerianos), são neles que os povos Nalus se manifestam os caracteres. A tradição oral presente no seio do povo em questão ilustra existência a de um rei do nome Mamadu Môrto, de temperamento sanguíneo, mas de índole pacífico e corajoso. O que é natural dada a simplicidade da sua vida, andava nú, falava a sua língua original, a sua habitação de barro e colmo, alimentava-se de arroz, carne e peixe, bebe o vinho de palma e fuma tabaco, não mante relações com os vizinhos. Na campanha do tenaz da expansão do maometismo, os Sossos da vizinha colônia francesa, que infiltravam nesta colônia, conseguiram exercer influência por forma a levá-lo adaptar outra forma de vida. Ainda, a mesma narrativa demonstra que há um tempo em que os seus territórios foram devastados por flagelos e as suas populações aniquiladas, os que teriam salvos são apenas alguns habitantes da povoação de barria, a partir destes habitantes salvos que nasceram as descendências do povo Nalu (SIMÕES, 1935).

O povo que estamos a estudar divide-se em dois ramos distintos, a saber: Nalus mansos e os Nalus bravos. Os Nalus mansos foram chamados assim pelos portugueses durante a guerra da independência da Guiné-Bissau, os mansos comunicavam-se com outros povos, também aliaram aos portugueses contra os próprios guineenses que queriam tomar a cidade de Cacine. Ao passo que, os Nalus bravos vivem numa zona fechada, na mata, fora dos grandes povoados e não aceitavam o contato fácil com outros povos, ainda seguem os seus costumes e conservam a língua Nalu (TAVARES, 2018).

Sabe-se que, o povo em debate se encontra atualmente localizado em Guiné-Bissau, país que se encontra situado na costa ocidental da África faz fronteiras com o Senegal ao (norte); a leste e sul com a Guiné-Conakri e oeste com o oceano atlântico. Tem uma superfície total de 36.125km<sup>2</sup>; o clima tropical é quente e húmido. Além disso, Scantamburlo (2013) avança que existem trinta subgrupos sociais (etnias) da Guiné-Bissau que se difere em termos de fatores culturais, como: a língua, as relações familiares, os meios de produção e de subsistência, a organização dos poderes políticos e religiosos. Estes trinta grupos sociais (etnias) estão organizados em três grandes grupos: os paleo-sudaneses do litoral, paleo-sudaneses do grupo Mandinga e neo-sudaneses do grupo Fula e grupo Crioulo. Os Nalus fazem parte do subgrupo

paleo-sudaneses do litoral, fazia parte um dos primeiros habitantes do atual território da Guiné-Bissau, são sedentarizados como os Beafadas e os Bijagós. Quanto a religião, esses três últimos grupos sociais (etnias) são islamizadas e outros praticam a religião tradicional africana no que diz respeito às suas crenças que foi herdada dos seus ancestrais (SCANTAMBURLO, 2013).

Ainda, faz-se necessário salientar que o trabalho visa analisar o povo Nalu que se localiza em região de Tombali. Segundo Brito (2004), a região de Tombali fica a cerca de 250 km de capital Bissau, localizado ao sul da Guiné-Bissau, concretamente a sul e sudoeste e faz a fronteira com o norte da Guiné Conacri, banhado pelo oceano atlântico. Ocupa a parte conhecida como maior parque nacional, situado em Cantanhez e é constituída por 3.736,5km, o que corresponde 10,3% do total do território nacional guineense. Por ser uma zona fronteiriça e ter uma zona florestal de grande densidade, a região de Tombali é rica em biodiversidade de fauna e flora, definida como uma das últimas florestas primárias a nível mundial e considerada também o ícone da luta pela independência.

Administrativamente, a região de Tombali é constituída por cinco setores Bidanda, Como, Cacine, Catió e Kebo tem como cidade setor de Catió. De acordo com os dados de 2004 e 2005, Tombali concentra cerca de 91,930 de população habitantes, correspondendo 7,1% do total de população da Guiné-Bissau. As características ambientais da região provam as qualidades únicas, derivadas da consistência florestal e do estado de conservação dos lugares naturais. A região tem clima tipicamente tropical húmido.

A região de Tombali é conhecida por sua diversidade cultural entre diferentes grupos sociais (etnias), pois é uma região na qual convivem grupos sociais como: Nalu, Fula, Balanta, Tanda, Sosso, Manjaco, Djakanka, Papel, Bijagó e Mandinga. Tradicionalmente é uma área identificada como uma região pertencente aos Nalus, grupo social caracteristicamente mista, com hábitos estabelecidos ao longo do tempo através do costume e da tradição oral. Não é por acaso que uma parte do território conhecida como floresta de Cantanhezé, porque é conhecida tradicionalmente como 'Tchon Nalu' (terra dos Nalus (BRITO, 2004).

A sociedade de povo Nalu apresenta características dos princípios da sociedade comunitária, que se estende terras para lavoura, aos pastos, às árvores de frutos, as reservas de caças, de pesca, de lenha e até certos bens de consumo. A Família é muito importante no seio social do povo Nalu. Quando uma pessoa deixa a sua família ou passa a fazer algo diferente do uso local e dos costumes religiosos da grande linhagem, é considerada traidora e pode ser banida ou perseguida. Ainda na sociedade do povo Nalu faz-se presente a característica de poligamia, quer dizer que o homem poderá casar-se com várias mulheres, sem existir barreiras quanto à



religião. Conforme as leis Islâmica, o homem tem a possibilidade de ter até quatro mulheres (TAVARES, 2018).

O principal meio de subsistência Nalus é assegurado pela agricultura de subsistência, mais especificamente o cultivo e consumo de arroz, não deixando os outros como: carne, peixe, peixe seco e caça. O homem prepara o plantio nos campos de arroz e a mulher faz o transplante do arroz nas ‘bolanhas’ (arrozal). Assim, no período da colheita, sempre as famílias juntam-se em grupos para que, no entanto, realizar a comemoração de boa colheita. O trabalho para Nalu, não está fixado a um tempo periódico (é realizado durante o ano assim sucessivamente, não dependendo só da estação chuvosa, como visto nas outras sociedades da sub-região). Entretanto, nos seus entendimentos o tempo se refere à agricultura, à semente/plantio, frutificação das plantas, à colheita e pelo culto ao *Latingue* (deus da agricultura). Também está marcado por datas fixas, como as festas do Islã (o Ramadão e Tabasqui) e as festas do *fanado* (cerimônia de iniciação dos jovens).

A religiosidade Nalu se conecta a comunidade em geral (coletiva) sendo praticado com base no entendimento comunal sobre qual o indivíduo crê nos espíritos, nos deuses, nos espíritos dos ancestrais e nas forças que são vistas e percebidas por mesmos em todas as partes da sua vida diária. Tais divindades são comemoradas em muitas festas, cerimônias, ritos e sacrifícios anualmente (TAVARES, 2018). Com base nesta contextualização vista precedentemente em relação ao Povo Nalu aos seus costumes, aos seus locais de estabelecimento onde eles vivem as suas línguas as suas histórias etc. nós podemos notar também a importância da dimensão ecológica na integração desse povo com meio onde eles vivem.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICA E DISCUSSÃO**

### **2.1 ABORDAGEM FILOSÓFICA SOBRE A COSMOVISÃO NALU**

No nosso cotidiano, deparamos ou vivemos de certas coisas que muitas das vezes acontecem de modo consciente ou inconscientemente. E que de alguma forma partem, *a priori*, do pensamento (pensar sobre algo) e terminam em ação (perguntar ou fazer). Podemos tomar isso como a formação da cosmovisão ou visão do mundo das pessoas. Conforme Chauí (2000), a visão do mundo seria uma forma da filosofia que engloba conjunto de ideias, valores e práticas que norteiam o mundo e a consciência de si das pessoas de uma certa civilização ou cultura

ajudando-os a diferenciar o tempo e espaço, sagrado e profano, contingente e necessário, e assim por adiante,

Para Salvaterra (2017), as várias visões do mundo estão exatamente relacionadas com a diversidade cultural existente em cada grupo de seres humanos que habitam num determinado território. Essas diferenças nunca são estáticas, isso significa que são influenciadas por novos modos de pensar do ser humano ou da própria comunidade. Assim, com o decorrer do tempo, a própria comunidade sofre mudanças nos seus hábitos e costumes. Muitas das culturas consideram que a diversidade de vida envolve tanto a diversidade biológica como a compreensão do mundo, quanto as cosmologias sobre a particularidade de diferentes grupos em determinado lugar.

Depois de apresentarmos o conceito de cosmovisão de maneira geral, iremos nas linhas que se seguem narrar rapidamente a história do povo Nalu da região de Tombali, o nosso recorte específico. Depois disso, debruçar sobre a concepção do nascimento e da morte na perspectiva Nalu assim como fazer apresentação da sua ideia da justiça e da religião. Ideias que são caras para a compreensão da cosmovisão Nalu.

Segundo Temodo (2009), a região de Tombali apresenta uma multiplicidade etnolinguística muito acentuada. Antes da queda das chamadas campanhas de pacificação, os povos Nalus estavam preocupados com a ameaça que etnia fula representava para a região. Porém isso levou os portugueses a dar o apoio militar para etnia Nalus que, por sua vez, decidiu entregar uma parte do território de Cubucaré para atual regulado de Guiledge realizarem cerimônias tradicionais, isto é, cerimônia na qual pedem aos espíritos (irãs), <sup>1</sup>donos do chão, a vinda de hóspedes de outras etnias. Para os Nalus, o aumento da população é desejado pelos donos do chão como estratégia de domesticação da natureza, segundo os Nalus, antigamente a região era habitada por muitos bichos do que as pessoas. O que tudo indica, o crescimento demográfico é desejado pelo dono do chão que, por sua vez, aceita a entrada de outros grupos sociais para ajudar na economia da região, porque não há grandes números da população local que vão apropriar de recursos naturais para ajudar no desenvolvimento da região.

De acordo com Simões (1935), no que diz respeito ao nascimento de uma criança, somente um homem da “morança”<sup>2</sup> pode-se encarregar de comunicar o fato, em altos gritos

---

<sup>1</sup> Irã é o espírito sagrado, protetor das famílias e de suas linhagens, mas que pode ser implacável nas punições aos que não cumprem com a promessa feita a ele. O termo irã cobre todos os seres e símbolos da religião tradicional africano guineense. para os guineenses o irã tinha, e tem, grande importância pela força que tem e pela proteção que dá aos que nele acreditam. ( SEMEDO, 2010, P.116)

<sup>2</sup> “Morança”- Moram muitas pessoas em plena liberdade e espírito de interajuda, cooperação e solidariedade ( MACEDO, 2022. P. 78)

para toda a povoação, e as mulheres mais velhas da morança acompanham parto das mulheres mais novas. Essas maneiras de compartilhamento de crenças encontradas nos povos Nalus é tão comum aos indígenas africanos, mantendo unidos dentro da comunidade e nos princípios apreendidos desde criança. Ao nascer uma pessoa, toda comunidade é informada sobre o nascimento da criança e a sua vocação será imediatamente deslumbrada pelos anciões que, através de adivinhações, conseguem interpretar a personalidade da criança. “O nascimento ou a ‘natividade’ é o aparecimento de uma pessoa neste mundo e a morte é o seu desaparecimento físico-biológico, seu retorno e a sua ida ou seu regresso para o mundo do além.” (INDI, p.80, 2019)

Simões (1935) afirma que, para os Nalus, a justiça é aplicada com base nos seus usos de costumes. Sendo assim, não cabe ao chefe de morança servir de conselheiro das pessoas que arrumam problemas ou as que não dão ouvidos às pessoas mais velhas. Dessa forma, somente é permitido, aos culpados, recorrerem a pessoa de Baloeiro/a (sacerdote/sacertotisa) a qual faz a consulta ao irã e interpreta as decisões tomadas por essa entidade, pois só pode dizer, de acordo com as recomendações recebidas do irã, quem é culpado e quem não o é. As sentenças são reguladas pela gravidade dos crimes. Logo, para os erros cometidos na comunidade, os agressores recebem castigos corporais por exemplo, agressões cometidas contra a mata são tratados a nível da comunidade. Já para os erros não considerados graves, os agressores pagam uma indemnização para as vítimas. Em caso de agressão muitos mais graves, pode ocorrer a pena de morte. Isso nos mostra que, os Nalus preferem mais fazer a justiça usando as suas entidades sobrenaturais, nos lugares de culto, onde a justiça é presidida pelos Baloberos/as (sacerdotes/sacerdotisa) e a pessoa confessa os seus erros. Para esse povo, essa é a forma mais rápida e credível para a resolução dos problemas.

Simões (1935) e Tavares(2018) argumentam que os povos Nalus têm medo da morte, pois, para eles, a morte quase sempre está relacionada com o sobrenatural. Em se tratando da última fase do ser humano, a morte, os Nalus acreditam que as suas divindades comandam os atos mais formais e mais significantes da seguinte maneira: o Benibem, (o espírito da morte) responsável para recolher o seu último suspiro; Fecandó ou Nirihá julgará as qualidades do defunto. No caso da morte de uma criança o pai tem a obrigação de proceder imediatamente com o sacrifício de um animal para oferecer a Benibem, que, segundo Senghor (2012), fazer sacrifício as entidades sobrenaturais e deuses são costumes muito presente entre os africanos. Podemos perceber que os Nalus, as suas vidas estão conectadas às entidades sobrenaturais cotidianamente, porque acreditam que há um ser, ou melhor, seres sobrenaturais que podem guiá-los para um plano melhor do que esta.

Por isso, ao escrever sobre essa questão, Lévêque (2012) lembra que existe a vida e a morte além do nascimento, o que significa que a vida, para algumas crenças, não se reduz somente ao nascer, viver e morrer, pois há um horizonte além. Essa visão apresentada pelo autor parece, até um certo ponto, que vai de encontro com as crenças dos Nalus. A morte faz parte desta sociedade. Os Nalus, ao mesmo tempo que têm medo da morte, também a manifestam, porque acreditam que a morte representa uma mudança na existência. Os mortos podem influenciar no mundo dos vivos cotidianamente.

Conforme as narrativas sobre o mito, Junior (94/95) enfatiza que, o julgamento dos mortos no antigo Egito, após a morte de um indivíduo, é conduzido por Anúbis, deus condutor dos mortos no submundo, para tribunal de Osíris. No submundo, o morto será julgado em todos os aspectos, dos físicos aos morais, dos atos bons ou maus cometidos e das omissões durante a vida terrena e das práticas boas. A concepção sobre a morte e outro mundo tem variado entre as sociedades, e os Nalus percebem isso como problema, já que seus problemas são resolvidos nos lugares de culto, diante das entidades sobrenaturais (irãs).

Tavares (2018) e Simões (1935) enfatizaram que, antigamente a região de Tombali é conhecida como chão de Nalus, e todos os habitantes da região partilham um conjunto de crenças e não competem quaisquer cerimônias.

Para os Animistas, “os espíritos são onnipresentes (vivem nas rochas, nas estátuas, nas árvores, na água, nas pessoas, nos mortos) e são eles que dão vida e protegem as coisas e podem combater as doenças, as secas, as inundações, as tragédias, mas também podem castigar e provocar mal” (Benzinho; Rosa, p.18, 2015). Partindo desta citação, pode-se situar os Nalus entre as etnias animistas considerando as suas crenças nas divindades ligadas aos diferentes lugares, coisas ou processos e sobretudo no sobrenatural. Ainda, a sociedade Nalu, para além dos aspectos sobrenaturais, também está regulada por religião, os quais influenciam diretamente nos acontecimentos do dia a dia do indivíduo e da comunidade.

De acordo com o Chauí (2000), o mito é uma narrativa que se pretende uma solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Então todos os povos, todas as culturas míticas do mundo produziram, e ainda produzem narrativas míticas para resolver seus conflitos, problemas, discussões e as indagações mais fundamentais. Na origem do chamado pensamento religioso das crenças humanas, a crença e os mitos são algo muito parecidos. Um exemplo da crença: a pessoa crê em alguns tipos de divindade, mas ele não pode provar necessariamente que esta divindade realmente existe. Porque quem crê tem fé, e a fé é algo que não pode ser visto, o que faz com que a pessoa não consiga provar se a divindade tal existe ou não pelos critérios da

ciência ocidental ou mesmo pelos critérios do senso comum, na medida em que este exige até certo ponto alguma evidência empírica, material, sensível.

Na sua discussão, Tavares (2018) e Temudo (2009) lembraram que os Nalus eram animistas, o indivíduo manipula os seres e poderes espirituais para o seu próprio bem. Outras vezes, para usá-los com o fim de trazer bênçãos para si ou amaldiçoar os inimigos. Com a invasão da etnia Fula à região de Tombali, os nativos foram aprisionados e obrigados a se converterem ao islamismo em 1889, e a religião começou a propagar na região. Isso resultou na fuga de alguns nativos para outros lados da terra, como a *ilha de Como* e de *Melo*, para não se tornar cativos dos Fulas. Os que aceitaram a conversão são os Nalus mansos, mesmo assim, ainda permaneceram neles as práticas animistas, por isso, mesmo tendo uma base muito grande no relacionamento com seu Deus, Aláh, - o Deus islâmico - que eles aprenderam a orar e oferecer-lhe culto, principalmente para receber as suas bênçãos, alguns Nalus mansos ainda recorrem às divindades ligadas a sua cosmovisão animista. Nesta perspectiva, o grande sábio Amadou Hampaté Bâ, assegura que “De facto, por onde se espalhou, o islão não adaptou a tradição africana ao seu modo de pensar, mas, pelo contrário, adaptou-se à tradição africana quando – como normalmente ocorria – esta não violava os seus princípios fundamentais” (HAMPATÉ BÂ, p.204, 2010). Assim, podemos perceber que o islamismo mesmo com a grande influencia que tinha na africa (central e ocidental) e na região, a população local persistiu à sua cultura e tradições.

Segundo o Tavares (2018), esses Nalus considerados mansos por converterem ao islamismo, crêm que Aláh é o Deus da graça e misericórdia, de bênçãos e benevolências. Apesar de estar longe e não o ver, alguns crêm que ele pode dar bênção como aparecem nos “Marabús” ensinados pelos professores do Alcorão. Os Marabús são ensinados aos convertidos por um mestre que os orienta a ler e a decorar o Alcorão nas escolas criadas para tal sem que, no entanto, interferem nos princípios básicos que orienta o mundo dos convertidos. “Em todas essas escolas os princípios básicos da tradição africana não eram repudiados, mas, aos contrários, utilizados e explicados a luz da revelação corânica.” (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 205,). Por isso, o autor demonstra que, antigamente os Nalus possuem um espírito que os conecta uns aos outros, e entre eles e os deuses e que eles conseguem utilizar diferentes artimanhas para induzir, moldar e conduzir o comportamento das pessoas que estão ao seu redor, com intuito de obter benefícios próprios e para se proteger das pessoas que querem-lhes fazer mal. Assim, mesmo sendo submetidos a outras religiões, os Nalus ainda continuam com as suas práticas de adoração, de crenças e de mitos em relação às divindades, morte e vida.

Para Tavares (2018) e Simões (1935), já<sup>3</sup> entre os que fugiram, os considerados Nalus bravos. Entre esses ainda são encontrados várias divindades como: Fecondó (do bem), Nirihá (do mal), Binibem (a que recolha o espírito da morte), Iussagane (dos caçadores), Iussakada (da gravidez), Bancho (do fanado, senhora do mato), Latingue (da agricultura), Impaguel (das feridas), Uanóco (do lar). Segundo os autores, essas divindades são idolatradas de acordo com as suas funções, mas a divindade que os Nalus Bravos mais adoram, pelo seu significado especial, é da dança que é o Mantchol. Mantchol é uma divindade que utiliza a máscara esculpida de forma de cabeça de ave (flamingo) usada na dança da cerimônia da circuncisão (fanado) dos jovens rapazes. E servia de protetor destes jovens reclusos durante as suas estadias na Ntemp (mata). A outra função é fazer justiça da aldeia. Assim, esses últimos grupos de Nalus são vistas como sendo os grupos que mantinham os seus costumes hábitos crenças e acreditam em vários Deuses. Esses espíritos sobrenaturais estão localizados em alguns sítios da comunidade considerados sagrados em que as pessoas, de tempo em tempo vão cumprindo todas as práticas dentro dos universos dessas divindades.

Segundo Temodo (2009), o território de Tombali tem sido povoado por espíritos (irãs) cujo mundo se encontra arrumado a semelhança do humano, ou seja, tais irãs, às vezes, se arrumam para se parecerem com humanos. O poder dessas irãs é dirigido por um outro irã, dono do chão; que por sua vez atua em colaboração com outros irãs como donos dos matos, donos dos rios, donos dos animais selvagens, e que possui as suas “sentinelas” situadas em pontos estratégicos. As fronteiras entre estas subdivisões estão claramente definidas por rios, árvores, acidentes naturais ou pedras. Temodo mostra que, esses espíritos sobrenaturais atuam em colaboração com outros espíritos que existem para proteger os recursos que a região tem. E essas divisões dentro da cosmovião Nalus, entre as divindades, é importante pois ajuda a estruturar o mundo sobrenatural ao mesmo tempo que evidencia uma relação entre as divindades, os animais e os humanos, cada um tem as suas áreas ou terreno de habitação onde eles desenvolvem as suas vidas.

---

<sup>3</sup> Babel negra, é um livro colonial escrito em 1935 por Landerset Simões. um autor colonial, que apresenta a vida de pequeno número da População que habitam a Guiné Portuguesa. O livro trata de um estudo etnografia, arte e cultura dos indígenas da antiga Guiné-Portuguesa. Escolhemos apoiar neste livro (*babel negra*) um estudo etnográfico feito no período colonial pelo não nativo na antiga Guiné-portuguesa. De certo que, muitos estudos deste período foram feitos pelos missionários, descendentes dos brancos, militares, assimilados, entre outros. Embora as narrativas sobre populações local, em maioria dos casos foram narradas da forma distorcida e não do ponto de vista tradicional. No entanto, por termos o grupo social Nalu como o foco de estudo, levou-nos a mergulhar no livro *Babel Negra*, que trata de alguns grupos étnicos que ocupam o território da antiga Guiné, onde foi ilustrado alguns aspectos da realidade dos *Nalu*, no qual, constituem o cotidiano deste grupo tradicional, dando suporte ao nosso estudo.

Essas divisões expressão um tipo de saber específico, aquele que está estritamente ligado com a cosmovisão filosoficamente acente no princípio de que as divindades, os animais, as plantas, as águas assim como os humanos são partes importantes da nossa humanidade.

Castro (1981), no seu ensaio sobre a inconstância da alma selvagem fez uma abordagem que se aproxima em muito desta visão. Não ignoramos que estamos diante de duas cosmovisões distintas: a Nulu e Ameríndia estudada pelo Viveiro de Castro. Enquanto neste último caso, da cosmovisão Ameríndia, existe uma espécie de instabilidade entre essa zona de humano e não humano. Há uma troca de ponto de vista, às vezes o animal aparece como humano e às vezes, rapidamente, o humano se torna animal. No primeiro, os lugares já são predeterminados, os humanos em um e os animais em outro.

De acordo com Temodo (2009), na cosmologia Nalus, foram estabelecidos conjuntos de normas de um nível instintivo, a fim de gerar uma relação com a natureza que preserva a manutenção da harmonia ecológica. Assim, para o povo em estudo, cada espaço encontra-se dividido em grandes classes: os primeiros, alusivo de cada povoação, inclui terrenos de habitação e de cultivos; os segundos, os matos malgosse situada nas florestas densas sub húmida e, é também chamado do local de culto e de adoração para espírito dos irãs; e, por último, áreas-tampão florestal, “matos malgosse” são de acessos limitados. É nesse sentido que, com nossa pesquisa, buscaremos compreender os saberes filosóficos, as crenças, os pensamentos e princípios que norteiam a cosmovisão do povo Nalu da região Tombali em relação à natureza, especificamente Ntemp (mata), nos aspectos medicinal, técnico, ecológico e religioso.

Para isso, recorreremos a alguns insumos teóricos e metodológicos da filosofia africana. Exploraremos a cosmologia Bantu que segundo Kagame Apud Mudimbe (2013) baseia no princípio metafísico implícito. Cada corpo, cada extensão (uma realidade material) possui o limite, o que significa que, tudo que existe no mundo tem um limite, justamente porque existe não ser (o nada) o vazio que introduz o limite que permite uma coisa se distinga da outra, por exemplo: posso dizer que essa árvore, aquela planta, este lugar, aquela localidade, essa pessoa. Com isso, entende-se que a cosmologia bantu distingue três mundo circulares em comunicação: A terra, o centro do universo, por que é um lar de muntu, mestre de todos os Ntu existentes (que no caso, o ser humano); para além do céu, está o círculo de vida no qual habita Deus; e sob a nossa terra, o mundo habitado pelos falecidos, ou seja, pelos antepassados.

Kagame Apud Mudimbe (2013) nos mostra que, na cosmologia bantu existem essas três dimensões: a terra, acima da terra e debaixo da terra. A terra é considerada o centro de universo, isto é, para os Bantus, a divindade criou mundo, para o muntu e criou todas as coisas para que o muntu pudesse cuidar delas, então o muntu tem a responsabilidade diante da

realidade, a de cuidar de mundo, das coisas com respeito, se alimentar dos animais, das plantas, e assim por diante. Acima da terra está o próprio espaço da habitação da divindade do ser divino, e embaixo da Terra estaria o mundo de antepassados, daqueles que já passaram por este mundo uma vez. Este tópico é de extrema relevância no conjunto do trabalho como podemos ver, favorece uma maior compreensão de alguns aspectos que explicam a visão do mundo dos Nalus como a justiça, a morte, a religião, sua relação com o sobrenatural. Além do mais, Povo Nalu constitui um dos povos de Guiné-Bissau que é também povos da África. Portanto, a Filosofia Nalu é também parte da filosofia africana, não podemos abordar a filosofia Nalu sem falar da filosofia africana.

## 2.2 A LEITURA CONCEITUAL SOBRE A FILOSOFIA AFRICANA

A filosofia africana (FA) tem sido um tema que continua criando blocos de referências na academia, sobretudo nas áreas das Ciências Sociais, História, Antropologia etc. O tema, na maioria das vezes, pelo menos em contextos sem formalidade científica, é tomado como a forma de olhar a vida (o mundo negro) a partir de uma visão endógena do continente. Para alcançar mais diversidade bibliográfica do assunto, antes demais buscamos trazer a definição da África por meio deste projeto de pesquisa, como sendo um dos continentes que é constituído por vários países, cujos povos marginalizados pelos ocidentais são considerados inferiores. Em outras palavras, um continente que sofreu a colonização, dominação e exploração europeia e ainda contando com processo de escravidão. O africano é aquele que pertence ao continente chamado África, quer dentro assim como fora do continente, aquele que se justifica pelos valores africanos.<sup>4</sup>

Achille Mbembe, no seu livro intitulado *A crítica da razão negra* (2018), fala que a expressão África lega a um elemento físico e geográfico. Para ele, esse elemento geográfico aponta um quadro de coisas, diversas menções de séries de imagens, termos, afirmações, estimas, que explicam sobre esse quadro de coisas, primário, físico, geográfico e climático. Para o autor, essas são as premissas usadas pelos ocidentais para caracterizar as populações que habitam nesse espaço, a sua relação com os entes, sua forma de vida. Sendo assim, na visão europeia, os africanos eram somente selvagens bárbaros que precisam de civilizações ocidentais.

---

<sup>4</sup> Não é um assunto pacífico. Esta distensão entre pensar África a partir do próprio continente, e a relação com a diáspora Africana, não há um consenso.



Conforme Lévi Strauss (1970), O homem, ocidental moderno imbuído na forma hegemônica de pensamento, considera de estranha qualquer manifestação cultural exterior ao seu lugar de pertencimento (as sociedades ocidentais). Desse modo, procura, atribuir a partir dos adjetivos pejorativos, características que menosprezam o valor dessas manifestação. Fenômeno presente nos dias de hoje de os ocidentais acharem como bússula da civilização hoje. Além do mais, podemos verificar tais factos nas práticas religiosas. As Doutrinas religiosas procuram a todo custo sacralizar as suas crenças, porém diabolizam as crenças que não pertencem as suas manifestações.

Segundo Mbembe (2018), a África é o termo que, na era moderna, se amplia para determinar dois complexos, que são: estabelecimento de uma figura contenciosa do ser humano fechada na fragilidade completo e no vazio do ser, ou seja, os africano não estão bem e precisam reavaliar as suas formas de vidas, já que para os ocidentais a existência dos africanos não têm fundamentos. Sendo assim, Mbembe segue mostrando que a outra forma de que o ocidente pensa a África está ligada a inseparabilidade entre o humano, o animal e a natureza assim como a indivisibilidade da vida e da morte. Faz todo sentido essa caracterização da África que esmiuçamos nesta primeira parte do tópico, o que ajudará a perceber melhor a filosofia africana que nos propomos a discutir.

Na contramão dos discursos/históricos que exaltam o Ocidente e menosprezam outros povos ou espaços como África, Chimamanda Ngozi Adichie fez uma advertência, falando sobre “O perigo de uma única história”, para demonstrar o quanto é perigoso as repetidas narrativas sob a mesma perspectiva e como nos fazem acreditar na natureza de um determinado grupo (povo, raça) ou espaço (país, continente). Além do mais, ela procura desmistificar o estereótipo acentuado sobre a África, não só como um continente mísero, mas também enfatizar que a África não é um país só, e, desta forma, sendo a África um continente plural, contendo uma grande diversidade entre os países, em que, cada diversidade tem as suas particularidades. Com base nisso, ressaltou a importância de ter um conhecimento heterogêneo na construção da essência/natureza de um povo, país ou continente através do equilíbrio da história.

Em relação à filosofia, podemos percebê-la como a busca e o alcance de saber que norteiam a vivência de cada grupo ou povo. Por isso que OMOREGBE (s/n, 1998) Apud NOGUEIRA diz que, “Filosofia é essencialmente uma atividade reflexiva. Filosofar é refletir sobre a experiência humana para responder algumas questões fundamentais a seu respeito”. Ou seja, para os autores, a atividade filosófica está voltada para as realidades fundamentais dos seres humanos. A reflexão filosófica visa a busca de respostas reais aplicáveis às sociedades na

qual os próprios filósofos, enquanto indivíduos, estão inseridos. Neste sentido, Théophile Obenga escreve:

Os seres humanos sempre precisam discernir o que é real, verdadeiro, certo ou duradouro. Tal percepção é sabedoria, porque entender o que é verdadeiro, certo ou duradouro necessariamente eleva a mente. É por isso que “filosofia” era entendida pelos gregos como “amor à sabedoria” e “filósofo” como “amante da sabedoria”. Filosofar não era apenas especular sobre a vida e refletir sobre a natureza, mas também estar envolvido com amor, intenso desejo e forte entusiasmo na investigação de causas subjacentes à realidade, a fim de construir um sistema de valores pelos quais a sociedade possa viver (OBENGA, 2004, p.04)

Numa das edições do podcast, do grupo tcholonadur sobre a filosofia africana, Ikuenobe Apud Lopes (2021) demonstrou - colocando pontos de referência a ontologia e metafísica - que, os valores da comunidade são pré-existentes à constituição da pessoa para pensar o desenvolvimento e reconhecimento ético, estético, epistemológico e político. Isso poderia parecer um problema, porém a direção de pensamento obtidos não implica a justaposição da comunidade sobre o indivíduo de um modo autoritário; pelo contrário, impediria o desenvolvimento dos debates que pretendem o reconhecimento dos direitos que estão na base do ‘individualismo’.

Ainda, Ikuenobe apud Lopes (2021) ressalta que a apoderação das crenças deve ser justificada de modo impecável, e, baseado em evidências e contraprovas disponíveis em um contexto sociocultural em que as pessoas possam acessar, de forma intersubjetiva, entre modos próprios de pensar ou de enxergar o mundo., como um conjunto orgânico complexo de indivíduos, relações, valores, tradições culturais, instituições, interesses e obrigações que transcendem os indivíduos. Cofirmando o que diz Ikuenobe, Hountondji mostra que a etnofilosofia é tomada como um modo legítimo de filosofia que envolve um esforço para compreender estados de conhecimentos, normas, práticas e evidências culturalmente determinadas. Desta forma, escreve:

Os modelos de comportamento propostos pela sociedade, as normas, os valores, e as ideias comuns sobre a ordem e a origem do mundo, as crenças compartilhadas sobre as divindades e o seu poder, as ideias sobre a natureza humana, as relações entre homens e mulheres, ordem social e destino coletivo, a classificação das cores, das plantas, dos animais, as taxonomias implícitas veiculadas pela língua, o ensinamento inerente às tradições orais, tudo isso constitui uma matéria original que merece ser levada em conta e rigorosamente estudada. (HOUNTONDJI, 2008, P.8)

Isto é, para Hountondji (2008), esses padrões de comportamento apontados pela comunidade estabelecem as matérias originais que garantem diferentes características

específicas, sendo partilhadas por uma pluralidade de pessoas e possuindo um significado social ou filosófica que merece ser levada em conta ou estudada, como sendo as formas estáveis que movem a sociedade. Ainda, salientou que, “não tem nenhum problema que um certo estudo seja chamada de etnofilosofia, porque a própria palavra ‘filosofia’ é utilizada num sentido amplo para assinalar o componente intelectual de uma cultura que nos contentamos em descrever ou de reconstituir sem pretensão de legitimá-la de nenhuma maneira” (Hountondji, 2008, P. 8 - 9 ). Na concepção do autor, a etnofilosofia - filosofia que se contenta em descrever sem pretensão de legitimar - não é má em si, pois ele revela a importância de apropriar os dados etnofilosóficos que podem servir de dados importantes para elaboração de um pensamento verdadeiramente filosófico.

Desse modo, as particularidades da cosmologia Nalu – religião, nascimento, morte, justiça – que apresentamos associadas ao princípio de respeito pela Ntemp (mata) nas suas manifestações medicinal, técnica, ecológica e religiosa podem contribuir para abordar o pensamento Nalu filosoficamente.

Dessa forma, Hountondji quer nos mostrar que, a filosofia no seu sentido mais verdadeiro, ela é reflexiva, crítica e universal ou seja ela é o produto no pensamento humano. Quando o pensamento humano faz uso do pensamento crítico da razão lógica, do diálogo, da discussão, da análise, ele está fazendo a filosofia, independentemente da suas particularidade cultural, religiosa, racial, regional, comunitaria, de gênero, de sexualidade, de língua etc. Exemplo, se na Guiné-Bissau, alguém faz uma análise baseada na razão, nos princípios, de causalidade, nos princípios de identidade e nos princípios de não contradição ou seja todas aquelas bases dos pensamentos lógico, ela está fazendo a filosofia. No dizer do Hountondji, essas filosofias particulares, regional e comunitária, elas são na verdade etnofilosofia, o problema foi o Ocidente se colocando de que, esse modo da filosofia Universal e essa forma lógica, isso era propriedade exclusivas deles. Que na verdade não é, isso é uma possibilidade de toda humanidade em qualquer lugar em qualquer época em qualquer contexto.<sup>5</sup>

As discussões apresentadas até aqui nos dão um suporte para ver a importância do pensamento de Hountondji e dos seus questionamentos, pois nos permite pensar nas relações do poder que os seres humanos estabelecem entre si e como algumas verdades são inquestionáveis. Dentro da modernidade dos processos históricos, culturais e político levaram

---

<sup>5</sup> Caberia aqui mencionar o quanto esse a retomada dos debate feitos na disciplina de filosofia africana da UNILAB, como também de outros componentes curriculares do curso de BHU ajudaram bastante a fortalecer a construção deste trabalho de conclusão de curso.

a concepção que, Europa era civilizada, em oposição ao resto do mundo considerados como primitivos. Isto foi sendo questionado ao longo do tempo, isso teve como consequência epistemicídio de muitas outras forma de pensamento.

Segundo Hountondji, esses trabalhos etnofilosóficos se contentam em descrever as visões do mundo e suas representações. No entanto, ela não tem a pretensão de descrever a visão do mundo, a filosofia precisa se afastar da nossa visão do mundo comum, aquele que nós temos no dia a dia na nossa comunidade e na nossa cultura, para poder fazer uma leitura crítica da realidade, e assim criar os conceitos filosóficos a partir dos levantamentos de questionamentos, problemas, ideias que vão sendo colocados. Assim Hountondji nos mostra que, a filosofia deve fugir da visão do mundo, afastar dela, para que o filósofo possa refletir-se sem os vícios de pensamentos da nossa experiência cotidiana banal do dia a dia.

De acordo com Oruka (2002), o termo “filosofia africana” muitas vezes estimula a questão “O que é filosofia africana?” Oruka mostra que, quando se fala da filosofia africana, logo a primeira coisa que aparece do ponto de vista filosófico: o que significa a filosofia africana? Assim, para mim, diria as mesmas questões, ou seja, a filosofia africana é uma ideia bastante nova, por exemplo, quando estava na Guiné-Bissau, não tinha conhecimento de que existia a filosofia africana como componente disciplinar. É claro que sabia da existência da filosofia como mãe de todas as ciências e como uma disciplina que estuda a essência da humanidade e a realidade em que vivemos, foi isso que aprendi no Ensino Secundário (Ensino Médio) sobre a filosofia. Até mesmo nas Universidades a filosofia africana continua a não fazer parte de grade curricular.

Em conformidade com Oruka (2002), na tentativa de achar uma resposta ou demonstrar o pensamento filosófico africano para esta pergunta, surgiram dois sentidos distintos sobre a “filosofia africana”. Como dito anteriormente, no entender de Oruka, existiria dois sentidos, ou usos diferentes da expressão filosofia africana. O primeiro está relacionado com a ideia de quadro conceitual exclusivamente africano - uma forma de pensar tipicamente africano, deferente da forma ocidental, da forma asiática e da forma do outros lugares. O segundo sentido diz respeito ao caracter universal da filosofia - atividade ou disciplina universal - que independe dos limites particulares como raciais, regionais, de gênero etc, deste ponto de vista “a discussão de um quadro conceitual exclusivo ou estilo de pensamento singularmente africano (mentalidade africana) com respeito, pelo menos, à disciplina da filosofia não é cogitado.”

Para Oruka, esses dois sentidos moldaram boa parte das produções filosóficas africanas no último século. Inclusive, até o momento onde ele escreveu esse artigo, nos anos

80, reconheceu quatro (4) principais correntes: etnofilosofia, filosofia de sagacidade, filosofia nacionalista-ideológica e filosofia proficional.

Tanto Oruka quanto Hountondji, forneceram contribuições importantes que, fazendo análise na narrativas dos Nalus sobre sua cosmovisão, poder-se encontrar elementos típicos daquele primeiro sentido da filosofia ou seja elemento da propria visão do mundo Nalu, como também elementos típicos de segundo sentido de filosofia ou seja um pensamento mais reflexivo, crítico racional que Oruka chamou da filosofia da sagacidade. Filosofia da sagacidade, é justamente essa filosofia que uni tanto a ideia de que existe uma espécie de visão do mundo de um detreminado povo, essa visão do mundo vai se aprefeioando e desenvolvendo a partir de detremonadas pessoas um sábio, uma sábia, capaz de produzir um pensamento reflexivo, racional, individual. A filosofia africana existe, ela é diferente da européia. Por que os autores na África, os pensadores africanos, eles nos dizem que existe essa ideia mas existe outras ideias da filosofia africana. Então nós não podemos perder de vista isso.

Nesse capitulo espesifico recorreremos a filofofia africana, que é um panorama maior, no qual está inserido também filofofia Nalu. Fizemos essa busca, para ampliar horizonte do nosso texto ou para dar mais raizes do que estamos estudar ou escrever. Por isso, ampliamos para filosofia africana para entender na verdade o que é a filosofia africana qual é um dos aspectos ou tema central da filosofia africana.

### 2.3 A PERSPECTIVA FILOSÓFICA DE MATA ENTRE POVO NALU

Segundo Temudo (2009), os Nalus geraram uma relação com a natureza que preserve a manutenção da harmonia ecológica, segundo a qual cada espaço encontra-se dividido em grandes classes. O primeiro é destinado à povoação e inclui terrenos de habitação e de cultivos; o segundo diz respeito aos matos malgos e terceiro zona tampão florestal que se situam nas florestas densas sub-húmida e, é também chamado local de culto e de adoração para espírito dos irãs. Nenhum recurso pode ser retirado deste local de irã e o acesso de pessoas que não pertencem à linhagem do dono do chão tem que ser acompanhado por pessoas que fazem parte da linhagem, para assim fazerem os seus pedidos aos irãs.

De acordo com Macedo (2022), a comunidade guineense ‘balóbica’ é constituída por alguns grupos sociais (étnico) como: os Papéis, as Mancanhas, os Manjacos, os Nalus, os Bijagós Beafadas etc. Esses grupos consideram que têm familiares-espíritos e antepassados, os quais chamam de Djorçons (linhagem). No sistema de Djorçons existe uma estrutura que se

baseia na relação entre superiores e dependentes de aspecto invisível, como: *Djagra*, *bassanfinté*, *ódjucumu*, *baiga*, *bassot*, *bathat* e *bassusso*. Para o autor, esses djorçons constituem as partes mais importantes dos poderes, energias, forças mágicas, mistérios, fenômeno manifestação e acontecimento que sucede no mundo que essas comunidades balóbica receberam.

Na tradição da linhagem dos djagras, estas representações intercedem nos sítios significativos para funcionamento do poder, da corroboração e da realização das práticas religiosas referente às reinanças (MACEDO 2022). Nos casos da etnia Nalus, quem pertence à linhagem Djagra, vão ser pessoas que vão servir de acompanhante nos locais de culto para fazer qualquer pedido ao dono de chão. Ou seja, só os djagras podem levar pessoas até aos locais de cultos. Pois a entrada de pessoas de outras linhagens sem acompanhamento dos djagras significa a profanação do lugar sagrado, segundo a percepção que os Nalus têm do seu mundo. E, em alguns casos em específicos, são os únicos que podem fazer certos ritos.

Como afirma Temudo (2009), na zona tampão florestal, os matos malgosse são de acessos limitados, enquanto, a caça, a colheita de mel, de lenha, de frutos e de raízes silvestre são permitidas apenas às populações da região para os seus benefícios dia a dia. E os grandes cortes de árvores para construção de canoas, de poilões<sup>6</sup> e de traves para casas, não é permitido. Para ter acesso a esses materiais, a pessoa precisa pedir uma autorização na mão dos donos do chão, isto é, para poder ter acesso a essas grandes árvores de construção. Algumas atividades de caças e de colheita de frutos de raízes silvestre são praticadas pela população local para os seus consumos diários, e não é permitido o desmatamento de quaisquer árvores sem fazer pedidos junto ao dono de chão, pois nem todas as árvores podem ser cortadas, visto que funcionam como moradia dos espíritos.

Neste sentido, Brito (2004) e Temudo (2009) afirmam que pelo fato de a passagem florestal ser dominante, acaba influenciando na forma da produção da terra e a sua relação com o meio. Dessa forma, as qualidades de toda zona costeira e fluminense de região de Tombali apresenta uma grande importância na vida de população local, ou seja, as grandes quantidades de rios que existem nessa área, os diversos cursos de água, as áreas de ecossistema costeiro de transição entre os biomas terrestre e marinhos são fundamentais para a vivência de população, principalmente para os que aproveitam o solo para a plantação de arroz, “m’pampam”, (arroz

---

<sup>6</sup> Poilões- “sao árvores de grande porte, simultaneamente, espaça sagrados de formação religiosa, política, simbolica e das representações dos antipassados e das forças extra-humanas. Reprisentam em suas perfilhações arborícolas verdadeiros simbolismo, com direito a serem valorizados, em vertude dos seus sagrados estatutos, partes da sua total criação. Os poilões encerram muitos segredos e ensinamentos ás comunidades guineenses, servindo-se também da abertura do ano economico e religioso”( MACEDO, 2022, P. 42).

da roça). Ainda, eles lembram que o cultivo de arroz era, e ainda é praticado em sequeiro sistema itinerante, corte e queima, denominado m'pampam pela etnia Balanta. Ao longo do tempo, o sistema itinerante passa a ser aplicado por donos das terras, e outras etnias que estão hospedadas também na região.

De acordo com Seca (2020), as queimadas são também formas pelas quais ocorrem o desmatamento na Guiné-Bissau, porque a maioria da população que vive na zona rural dedica-se à agricultura e à pesca, por isso, cortam árvores para fazer canoas de pesca, assim como queimam também para cultivo de arroz, plantação de cajueiro, principalmente, queimam para fazer carvão de cozinha, que permite a diversificação do seu consumo alimentício e ao mesmo tempo conseguem ter recursos financeiros para comprar bens e serviços. O que se pode ver até aqui é que todos esses trabalhos e modo de sobrevivência desses grupos étnicos dependem muito das frutas das árvores e das próprias árvores que protegem tais plantações. Por exemplo, a extração de óleo de palmas é feita a partir de fruta de palmeira, há xarope medicinal feita a partir de “pó de sangue”, uma das árvores mais procuradas pela comunidade, o vinho palma vendida também é extraído a partir de palmeira, entre outros exemplos.

Temudo (2009) enfatiza que, na era colonial, foi estabelecida a importância de colheita de pomares que foi introduzido pela etnia Sosso, e plantada nas zonas baixas e húmidas. Já a bananeira e citrinos eram plantados essencialmente para autoconsumo ao redor das habitações, por etnias nalus. Ainda a autora realça que, depois da independência, tudo mudou, a terra foi nacionalizada e o poder das autoridades tradicionais foi desrespeitado. E, o território passou a ser controlado pelo Estado, no qual os Nalus foram vetados nas administrações das suas terras, impedindo também os donos do chão de praticarem os rituais, bloquearam o acesso livre aos recursos naturais dos “matos malgosse” e zonas-tampão, o lugar que as pessoas poderiam ser acusadas de feitiçaria, e o lugar que é adequado para ritos de iniciação (fanado). Esse é um processo que teve início com o surgimento de Estado-nação, é um processo que permanece abertos nos dias atuais. O Estado acaba então criando uma ruptura com a visão tradicional, impactando a forma como o povo Nalu se relaciona com seu território.

De acordo com Benzinho e Rosa (2015), na Guiné-Bissau, o fanado (circuncisão ou excisão) é ritual de vida adulta, praticado por rapazes e as meninas, variando a idade dos intervenientes, com estes rituais, estes jovens tomam conhecimento dos seus papéis social e das suas personalidades. Assim, como demonstrou Moreira (1997), para os Nalus:

Os rituais de iniciação, trata-se de momentos de ensino formal, no sentido de que são realizados fora da vida cotidiana. Um outro momento educativo tão formal quanto as iniciações, surge quando o homem grande reúne todas as crianças do sexo masculino

(o que aponta para o que afirmamos sobre transmissão dos conhecimentos se realizar diferentemente de acordo com os sexos) para lhes ensinar história e histórias: a história da linhagem, quem são os fundadores de diferentes regiões onde se situam os Nalus e os direitos que têm sobre a terra; e os episódios vividos pelos seus antecedentes. (MOREIRA,1997, P.12 a 13)

Sendo assim, a autora mostra que os rituais de iniciação (fanado) eram e são algo importante para os Nalus. Nesse ritual, aprendem algumas regras, o modo como alguém deve se portar, e ensinamento desse local é realizado fora da vida cotidiana, o que significa que eles aprendem diferentes histórias sobre a genealogias, os fundadores de diferentes comunidades Nalus, os direitos que eles têm sobre a terra e etapas vividos pelos seus antepassados. Neste sentido, “um homem pode ter 60 anos, enquanto não for circuncidado continua a ser considerado criança na perspectiva da cultura tradicional guineense” (MACEDO. 2022, P. 152). Isso mostra que, para ser considerado um homem maduro, tem que ser subsistido o ritual de iniciação.

Além de ter Ntemp (mata) como o lugar espiritual, Moreira ressalta que os elementos vegetais são também importantes do universo material para as crianças e adolescentes Nalus, porque usam nas suas brincadeiras e nas construções dos seus brinquedos. Por dentro destas movimentações e da sua atuação nos trabalhos produtivos dos cotidianos, aprendem a diferenciar e reconhecer as características das plantas, e como utilizá-las. Ainda, a autora sublinha que, uma criança educada na casa de um curandeiro começa por acompanhá-lo na busca de plantas medicinais, para, mais tarde, assumir por inteiro essa tarefa. Dessa forma, podemos perceber que, para os Nalus, Ntemp (mata) é importante para suas vidas, pois dá valor a tudo aquilo que existe nele. Por isso, eles consideram Ntemp (mata) como um reservatório de recursos naturais e lugares sagrados.

As convivências dos Nalus com Ntemp (mata) e as suas questões de espiritualidade tem uma diferença enorme em relação ao pensamento ocidental. Então, na perspectiva Nalu, Ntemp tem um sentido mais do que uma simples floresta, o que difere do pensamento ocidental, isto é, como os ocidentais lidam com a mata não é a mesma maneira que os Nalus lidam com Ntemp. Para esse grupo étnico, Ntemp não é só um espaço de usufruir, mas uma entidade de convivência em que habitam os espíritos, eles pensam Ntemp (mata) como fazendo parte da humanidade. Para se entenderem como pessoas humanas é fundamental os ensinamentos que recebem na Ntemp (mata) e sobre Ntemp (mata), assim como conhecimentos da Ntemp. Esta visão, até um certo ponto, determinam as condutas do povo Nalu, as quais se apoiam em princípios filosóficos. E, para os ocidentais, Ntemp (mata) é um dado pronto a nossa disposição para dele extrair recursos; é um espaço que serve apenas na medida em que alimenta a



construção da economia como por exemplo a exploração da madeira, e a circulação do mercado. Então essa diferença, não faz dos povos Nalus inferiores que os ocidentais, mas sinaliza que têm um pensamento e vivem numa realidade diferente.

Diante dessa realidade que acaba de ser descrita, de que forma o Estado Guineense lida do ponto de vista jurídico com essas práticas que fazem parte de uma cosmovisão mais ampla própria aos Nalu? Há um entendimento por parte do Estado da natureza dessas práticas ou Estado ao longo da suas histórias foi se construindo e elaborando todos os seus arcabouços de leis sem levarem em conta essa realidade? De que maneira os conhecimentos dos Nalus desenvolvidos acerca de N'temp (mata), poderia contribuir para uma relação mais ampla nos aspectos medicinais, técnico, ecológico e religioso, não somente em Guiné Bissau, no continente africano, mas para o mundo sobre a nossa relação com meio ambiente e, portanto, para superar essa crise?

De acordo com Fernandes (2019), políticas ambientais na Guiné-Bissau, é benéfico a exploração dos recursos naturais sem causar danos ao ambiente. Sendo assim, na alínea C do n.º 1 do Artigo 85.º da Constituição da república, foi elaborada a Lei de Bases do Ambiente, com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva. No artigo 4º da Lei de Bases do Ambiente da Guiné-Bissau, foram estabelecidas as seguintes normas: “Que todos os indivíduos têm direito a um ambiente humano e ecologicamente favorável e, da mesma forma, todos têm o dever de o defender, cabendo ao Estado, por meio de setor próprio e por apelo a iniciativas populares e comunitárias” (Fernandes, P. 4, 2019).

Com o passar dos tempos, a questão ambiental vem sendo um problema para o Estado guineense, devido a exploração dos recursos naturais de forma abusiva e clandestina. Esse fato fez com que o governo guineense, em 1997, criasse o instituto de Biodiversidade das Áreas Protegidas (IBAP) com apoio do Global Environment Facility – GEF em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “com objetivo a promoção, a salvaguarda dos ecossistemas, o apoio e a criação das gestões das áreas protegidas e a utilização racional e equitativa dos recursos naturais para a preservação do ambiente guineense” (FERNANDES, 2019, P. 5.).

Segundo Fernandes, a política deste instituto é, não só descentralizada, como também cria uma rede de colaboradores distribuídos em nível nacional. Assim, todas as áreas de proteção servem como as áreas da intervenção conforme as leis e a política do instituto. Ainda, a autora sublinha que, a política destes institutos tem como propósito benefícios em comum e busca de recursos necessários para sensibilização da opinião pública na sociedade guineense,

que trabalha em prol das populações guineense para reduzir a exploração de recursos naturais que está sendo utilizado de uma forma abusiva.

Temudo (2009) afirma que, com o impacto negativo de recursos naturais na década de noventa levou as ONGs locais, adotarem as medidas de proteção, cujo propósito era a salvaguarda da Mata de Cantanhez. Com isso, elaboraram uma lei que comprove o cultivo de arroz em sequeiro, inclusive com a redução de fruticultura que originam os cortes e as queimadas que pode colocar muitas vidas em riscos e cobertura vegetal. Por esse motivo, levou o projeto a fazer investimento em ações conducentes para melhoramento de alguns conhecimentos, como: biodiversidade do meio, ordenamento do território, demarcação dos maciços florestais, ações de informações e sensibilização da opinião pública, seminários, encontros, brochuras, exposições fotográficas, concursos escolares, produção de filmes e visitas de estudo. TEMODO (2009)

Como mostra a autora, com as novas leis implantadas pelas organizações de base, gerou uma reviravolta drástica pelos nativos das terras. Eles protestaram que não precisavam de ajuda dos brancos para proteger as suas matas, porque antes da chegada dos brancos, os matos já estavam bem guardados com os ancestrais. Quer dizer que, eles faziam usos das suas terras de forma consciente e sem causar danos.

Já tinham conhecimentos como devem proteger as suas matas e usá-las como sendo um lugar sagrados que eles utilizam para praticar os seus rituais; um espaço que apropriam para ensinar os conhecimentos tradicionais que costumam ser passados pelos seus ancestrais; e também as plantas que estão presente nesta região são importante para suas vidas na medida em que – como comprovado pela ciência - são as principais produtoras desse gás (oxigênio) de extrema importância para vida, e sem contar com os diferentes usos de alguns recursos naturais para seus consumos dia a dia “como já foi visto acima”. Sendo assim, podemos perceber que apesar de aproximar dos princípios filosóficos das populações locais - como o povo nalu - a política destes institutos e ONGs não favorecem os povos que vivem nesta região por diversos motivos:

Primeiro, a implementação dessas Leis e políticas significa a apropriação do Estado do direito de exercer poder nessas localidades em detrimento do poder das autoridades locais; segundo, é tirado desse povo as regalias de cuidar das suas matas de grande valor; terceiro, as promessas invocadas pelos artigos e os objetivos dos programas não são respeitados. Assim sendo, a perspectiva filosófica Nalu atrelado a respeito de Ntemp (mata), a consideração da mata como uma identidade, esta perspectiva está em riscos de perder, porque o Estado ou autoridade estatal que assume o comando da mata acaba não respeitando os princípios, os

saberes filosófica que Nalus têm sobre as suas matas, nos aspectos medicinal, técnico, ecológico e religioso.

### **3 PROBLEMA DA PESQUISA**

Nessa pesquisa buscamos trabalhar a partir de um problema relacionado a relação desse povo de Tombali de Guiné-Bissau com a natureza mais especificamente com Ntemp (mata) nos diferentes aspectos tais como: medicinal, técnico, ecológico, religioso.

A pesquisa parte da minha experiência pessoal como alguém que fez parte da sociedade Nalu. Durante o tempo que durei na região de Tombali, pude aprender com as mais velhas\os alguns conhecimentos atrelados à vitalidade do Ntemp (mata), as propriedades das plantas medicinais (as que são boas e as que podem ser venenos). Percebi o valor que a mata representa nesta sociedade no nível religioso, de uma vez que para esse povo as grandes árvores, rochas, rios ou lagos podem ser habitat das divindades. A conservação da natureza no meio dos Nalus é fundamental pois esta é tida como uma entidade sagrada da qual as suas vidas estão sustentadas.

Estas observações criam um conjunto de indagações implícitas que não podiam ser respondidas. No entanto, com as minhas leituras no campo acadêmico comecei a pensar na ideia de pesquisar a respeito do tema da relação dos Nalus com Ntemp (mata) nos sectores religioso, técnico medicinal e ecológico visando entender como esse conjunto formam uma cosmovisão complexa do povo Nalu. Nesta senda, partimos de perguntas chaves preliminares que ajudaram para o adensamento da bibliografia, depois de certo aprofundamento na leitura da bibliografia encontrada e selecionada, redefinimos as perguntas orientadoras desta empreitada. Sendo assim, as perguntas resumem-se em buscar compreender as seguintes questões:

Quais são os princípios filosóficos que fundamentam os saberes e os pensamentos do povo Nalu da região Tombali em relação à natureza, especificamente Ntemp (mata)? Como são representados os saberes e as práticas filosóficas dos Povos Nalus da região de Tombali? Todas essas perguntas levam/direcionam à pergunta central de pesquisa: Como se manifestam os pensamentos crenças, princípios e os saberes filosóficos que norteiam a cosmovisão do povo Nalu da região Tombali em relação à natureza, especificamente Ntemp (mata), nos aspectos medicinal, técnico, ecológico e religiosa.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

Compreender os pensamentos, crenças, princípios e os saberes filosóficos que norteiam a cosmovisão do povo Nalu da região Tombali em relação à natureza, especificamente Ntemp (mata), nos aspectos medicinal, técnico, ecológico e religioso.

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Discutir o conceito da cosmovisão do povo Nalu do ponto de vista etnofilosofico;
- b) Apresentar os debates contemporâneos em torno da filosofia africana mais especialmente o debate acerca da crítica sobre etnofilosofia e as possibilidades de uma releitura da etnofilosofia na atualidade;
- c) Refletir sobre saberes e as práticas filosóficas dos povos Nalus em relação à natureza;

## **5 HIPÓTESE**

A criação do IBAP, organismo responsável pela política da biodiversidade na Guiné-Bissau, levou em considerações a política cultural do povo Nalu em relação á natureza. O povo Nalu reiventou o seu modo de vida após a presença do Estado nas questões florestais em função dos princípios, saberes, pensamentos e práticas filosóficas que estruturam a sua cosmovisão estritamente ligada ao Ntemp (mato).

## **6 JUSTIFICATIVA**

Os acervos literários nos mostram que o mundo ocidental, até o século XIX, descreditava ou inferiorizava os conhecimentos cujas origens não eram de alguma das suas culturas. O que extremou, no panorama científico, os saberes ou a maneira como as outras culturas entendiam o mundo. Diante disso, levando em considerações os discursos que reforçam e continuam alimentando esses tipos de pensamento de que há um lugar exclusivo único de concepção de conhecimento, e que esse lugar se limitaria a Europa. Pensamos na necessidade

de desconstruir estes tabus que estabelecem padrões de civilizações, apresentando a filosofia dos Nalus em relação à natureza especificamente com Ntemp (mata).

Segundo Lévi Strauss, é completamente errado quando entendemos que só a partir da escrita seremos capazes de conhecer a história de um determinado grupo social, a escrita é uma língua convencionada pelo decreto, qualquer língua antes de sua escrita for convencionada, ela era/é/será sempre oral. E toda língua está presa a história dos seus falantes, logo não é só pela escrita que pode saber algo a respeito de um povo. Além disso, seria arrogância considerar as pessoas de analfabetas, se a escrita não faz parte de suas vivências.

Assim, a escolha dessa temática está presa na preocupação de posicionar os saberes dos Povos Nalus principalmente em relação à natureza, buscando articulá-los para uma visão mais ampliada das culturas e civilizações dos diferentes povos das regiões do continente africano. Portanto, como pessoa que passou a minha infância na região de Tombali, uma região marcada pelos valores derivados da cultura Nalu, proponho para essa pesquisa, debruçar sobre o povo Nalu e suas relações com os meios de suas sobrevivências, especificamente Ntemp, a mata, nos aspectos medicinal, religioso, técnico e ecológico.

O presente projeto, além de se justificar pela relevância do seu objeto e pelas perguntas a serem respondidas, possibilitando conhecer um pouco mais o universo cultural Nalu, apresenta também uma valia do ponto de vista social. O propósito consistirá em problematizar e proporcionar as reflexões quanto as abordagens filosóficas da cosmovisão desse grupo social do território da Guiné-Bissau. Ademais, o trabalho buscará dissertar sobre a perspectiva que recai sobre a noção de similitude e diversidade criada a partir do olhar ocidental.

Até onde nós podemos verificar, a pesquisa poderá contribuir por meio do trabalho estabelecido no enriquecimento de qualidade das referências acadêmicas. Servindo, por um lado, para os futuros pesquisadores ou pesquisadoras com interesses voltados à cultura do povo Nalu e ao ambiente, embasarem seus estudos.

Com base nesse conhecimento dialogado com o que já existe - leitura de outros objetos de outros povos de outras culturas de África que pensam também a questão ambiental em diálogo com a experiência concreta dos Nalus. E posteriormente oferecer a possibilidade prática para que esse trabalho seja apropriado eventualmente pelo Estado, por empresas, por ONGs para que com base nesse conhecimento possa se gerar produtos como política públicas e determinadas ações. “A natureza ou ambiente, em suma, seria algo sério demais para ser deixado exclusivamente nas mãos [...] dos cientistas naturais” (CASTRO; DANOWSKI, 2014, p.21). De que, nele estão os recursos naturais para a nossa sobrevivência, no caso da água, alimentos e matérias-primas.

Por outro, poderá ser a base de consulta para o Estado guineense pensar as diretrizes e políticas da proteção do meio ambiente, impedindo a desertificação das terras. Pois, a mata é, de muitas formas, uma das fontes da nossa sobrevivência.

Enfim, esse estudo justifica-se mais ainda pela atualidade do próprio tema que está centralizado em debates não ultrapassados sobre as questões climáticas, bem como os elementos que permitem outros povos conceber os seus conhecimentos do mundo. “...mudanças climáticas são fenômeno global, mas os eventos extremos incidem cada vez mais em um ponto diferente do planeta, tornando a sua previsão e a prevenção de suas consequências cada vez mais difíceis” (CASTRO; DANOWSKI, 2014, p. 25). Nesse sentido, vemos o quanto é importante compreender a cosmovisão Nalu e analisar de que forma essa cosmovisão pode contribuir para a formulação de políticas ambientais em Guiné-Bissau, considerando que, cada vez mais fundamental levar em consideração o local do um ponto de vista global para contribuir com toda humanidade com avanço da questão ambiental no mundo.

Nesta relação com esses espaços que se manifesta a importância da prática da agricultura da caça da medicina do equilíbrio ecológico e do ritual religioso. Nós não vamos deter na análise de cada um desses aspectos de uma maneira aprofundada, mas vamos buscar ter uma compreensão mais geral de quais os princípios filosóficos que estão presentes nesses diferentes aspectos que caracterizam a relação dos Nalus com Ntem (mata). Porque para um desses aspectos a mata se manifesta um elemento importante para o sector da medicina, para o sector da religiosidade, e para o sector ecológico.

## **7 METODOLOGIA**

O procedimento metodológico para o comprimento deste projeto seguirá a técnica da pesquisa qualitativa, em que o objetivo geral da pesquisa consiste em compreender os pensamentos, crenças, princípios e os saberes filosóficos que norteiam a cosmovisão do povo Nalu da região Tombali em relação à natureza, especificamente Ntemp (mato), nos aspectos medicinal, técnico, ecológico e religioso. Segundo Gerhatrdt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de uma determinada realidade social. Isso mostra que é primordial ter ou considerar a relação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisada, que é sucedida por afinidade de poder, propiciando a busca de diálogo entre as suas experiências. Sendo assim,

consideramos ser esta a metodologia mais apropriada para a pesquisa que pretendemos desenvolver.

Para o embasamento teórico, faremos o levantamento bibliográfico, o qual permite selecionar artigos científicos, livros, monografias, enfim, os materiais relacionados ao nosso tema de pesquisa. Considerando essa particularidade do levantamento de referências teóricas, recorreremos aos trabalhos de Temudo (2009) que trata sobre a narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau: uma desconstrução etnográfica. Tavares (2018) e Simões (1935) descreveram a história dos Nalus e seus modos de viver. Além dos trabalhos desses dois autores, também utilizaremos a obra filosófica de pensadores africanos, como Oruka, Hountondji, Mudimbe e outros. Com isso, buscaremos organizar o nosso trabalho, fazendo as leituras, fichamentos, resumos e resenhas dos seus textos com o intuito de levantar questionamentos acerca da realidade dos Nalus a partir das reflexões feitas por esses autores a respeito de temáticas variadas, como a crítica do pensamento coletivo, a sagacidade, a oralidade, entre outras.

É importante ressaltar que, futuramente, tencionamos realizar estudo de campo. Segundo Gil (2002, P. 52), o estudo de campo “apresenta muitas semelhanças com o levantamento bibliográfico, entretanto distinguem em diversos aspectos. O estudo de campo procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que apenas distribuição das características da população”. A pesquisa de campo é um estudo de caráter direto, que acontece através da interação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa. Deste modo, para essa pesquisa do campo, utilizaremos entrevista semiestruturada. Segundo Boni e Quaresma, as entrevistas semiestruturadas “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” (BONI e QUARESMA, 2005, P. 9)

Para isso, selecionaremos 12 participantes. Dentre as quais, 4 chefes de tabancas, 3 mulheres, 4 jovens (duas moças e dois rapazes). Sendo assim, pretendemos também entrevistar um régulo<sup>7</sup> de Cubucaré. Considerado pelo povo Nalu como um dos lugares mais sagrado da região de Tombali.

É importante salientar que a nossa escolha se fundamenta no fato de que o povo Nalu de região de Tombali, como já foram apontadas anteriormente, é a região onde há maior

---

<sup>7</sup> Régulo- é a entidade máxima numa determinada comunidade local que funciona independentemente do Estado, tendo responsabilidade em matéria de administração territorial, de arbitragem em questões de ordem social ou divisão fundiária e agindo mesmo na veste judicial.

predominância dos conhecimentos tradicionais e onde esses conhecimentos sobre a natureza, principalmente Ntempt (mata) , se fazem presentes. Sendo assim, decidimos escolher esses participantes da entrevista, considerando gênero e status social, pois acreditamos que esses indivíduos participam direta ou indiretamente nesse processo.

## 8 CRONOGRAMA DA ATIVIDADE

Etapas	2023		2024		2025		Observação
	1ºS	2ºS	3ºS	4ºS	5ºS	6ºS	
<b>Levantamento Bibliografico</b>	X						
<b>Seleção de Materiais</b>	X	X					
<b>Confecção de Fichamentos</b>		X	X	X			
<b>Trabalho de Campo</b>				X	X		
<b>Elaboração de Monografia</b>		X	X	X	X	X	
<b>Defesa da Monografia(TCC)</b>						X	



## REFERÊNCIAS

- A Entrevista sobre filosofia africana.** 2021, disponível em: <https://filosofiapop.com.br/texto/tcholonadur-020-polikarp-ikuenobe/>, Acesso em: 16/12/2021.
- ADICHIE, Ngozi Chimamanda, **O perigo de uma única história** / Chimamanda Ngozi Adichie ; Disponível em: <https://papodehomem.com.br/o-perigo-de-uma-unica-historia/>. Acesso em 5 mai. 2017.
- BÂ, Amadou Hampaté. **A tradição viva. In: História Geral de África: Metodologia e pré-história da África.** Vol – I. Org. KI-ZERBO, Joseph. 3 ed. – São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.
- BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. **Guia turístico: à descoberta da Guiné-Bissau.** 2015. Disponível em: [http://www.eeas.europa.eu/archives/delegations/guinea\\_bissau/documents/press\\_corner/20160215\\_guia\\_guinea\\_bissau\\_uniao\\_europeia\\_afectos\\_pt.pdf](http://www.eeas.europa.eu/archives/delegations/guinea_bissau/documents/press_corner/20160215_guia_guinea_bissau_uniao_europeia_afectos_pt.pdf). Acesso em: 10.mar.2018.
- BONI Valdete e QUARESMA Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80
- BRITO, Brígida, Rocha. **Estudo Das Potencialidades e dos constrangimentos do Ecoturismo na Região De Tombali.** Bissau, G.B. Ed. IMVF, AD, 2007.
- CASTRO, Eduardo Viveiros. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia: perspectivismo e multinaturalismo na américa indígena.** COSACNA BSCH/UFRGS, 1981.
- CHAUI, Marilena. **Convite á Filosofia.** Ed. Ática, São Paulo, 2000.
- CHAUI, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária.** 1ª Edição: abril de 2000
- DIOP, Cheick Anta. **A origem dos antigos egípcios.** <https://filosofiaafricana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/c>. Aceitação geral das hipóteses. 1974.
- FERNANDES, Helcim, Danamon Fernando. **A política ambiental e desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau: um estudo sobre o instituto da biodiversidade das áreas protegidas (ibap).** Trabalho de conclusão de curso (graduação e Bacharelado interdisciplinar em humanidades). Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira São Francisco, 2019.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/omo\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/omo_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em: 06/09/2022.
- GRADUAÇÃO Tecnológica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HOUNTONDJI, Paulin J. **Ethnophilosophie: le mot et la chose**. Exchoresis: Revue Africaine de Philosophie, n. 7, 2008, p. 1-9, por Mariana Batista Gomes de Sousa Braz. Ikuenobe Polikarp

INDI, Galileu Gomes. **Otchê-Geofilosofia: a criação de conceitos em Gilles Deleuze e a cosmologia pepel**. Ed. UNILAB. São Francisco do Conde, 2019.

JUNIOR, António, Brancaglioni. Eufemismo da morte no antigo Egito. **Clássica**, São Paulo, v.7/8, p. 3-391, 1994/1995.

LÉVÊQUE, Pierre. **As primeiras civilizações**. Edições 70, LDA. setembro de 2012

LÉVI-STRAUSS, C. et al. **Raça e história**. In: **Raça e ciência**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MACEDO, Celestino Monteiro. **A nossa cultura, as nossas tradições**. Editora: Onda Didática. Lisboa 2022.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições; 2018.

MOREIRA, Amélia Frazão. **Meninos entre árvores e lianas-aprendizagem do mundo e das plantas pelas crianças Nalus (Guiné-Bissau)**. Educação sociedade culturas nº 7, 1997, 75-108.

MUDIMBE, Valentin, Yves. **A inversão de África**. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Edições pedagogo, Lda. 2013.

MUDINBE, Valentim, Y. **Invenção da África**. Concinnitas ano, vol.1, nº. 16, OLIVEIRA, OBENGA, Théophile. **Egypt: Ancient History of African Philosophy**. In: KWASI, Wiredu (ed.). Companion to African Philosophy. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004.

OMOREGBE, Joseph I. Tradução JR Renato Nogueira **Filosofia Africana: Ontem e Hoje**. N Puke 2018 - repositório.unesp.br

ORUKA, H. Odera. **Quatro tendências da atual Filosofia Africana**. Tradução para uso didático de ORUKA, H. Odera. Four trends in current African philosophy. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). The African Philosophy Reader. New York: Routledge, 2002, p. 120-124, por Sally Barcelos Melo.

CARDOSO, Roberto. Antropologia e a crise dos modelos explicativos. Estudo avançado 9 (25)1995.

SALVATERRA, Gonçalo, Casimiro. **Ambiente e mudança na península de Cubucaré, Tombali: comunidades no parque nacional das florestas de Cantanhez**. Lisboa 2017.

SANTOS, Joseane, Aparecida, Euclides. **A concepção sobre a “natureza” e “meio ambiente” para distintos atores sociais**. São Paulo-USP. 2014.

SCANTAMBURLO, Luigi. **O Léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: ensino bilingue português-crioulo guineense**. 2013.

SECA, Adulai, Ismail. **A Expansão do cultivo caju e seus impactos ambientais e econômicos na Guiné-Bissau**. 2020. 114 f. Dissertação (Mestre em ciências do ambiente e sustentabilidade) Universidade Federal do Amazônia, Amazônia: 2020.  
Disponível em: [https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7904/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_AbdulaiSeca\\_PPGCASA.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7904/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o_AbdulaiSeca_PPGCASA.pdf). Acesso em 28 mar. 2021.

SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares. **As Mandjuandadi: Cantigas de Mulher na Guiné Bissau: da tradição oral**. Disponível em:  
[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as\\_sdt=0%2C5&q=AS+MANDJUANDAD++CANTIGAS+DE+MULHER+NA+GUIN%C3%89BISSAU%3A+da+tradi%C3%A7%C3%A3o+oral+%C3%A0+literatura&btnG=à+literatura](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=AS+MANDJUANDAD++CANTIGAS+DE+MULHER+NA+GUIN%C3%89BISSAU%3A+da+tradi%C3%A7%C3%A3o+oral+%C3%A0+literatura&btnG=à+literatura).  
2010. Acesso 11/12/2022

SENGHOR, Leopold Sédar. **homem negro O contributo do**. Malhas que os tecem: textos anticoloniais, contextos pos-coloniais. Lisboa: Edição, v.70, p.73-93,2011.

SIMÕES, Landerset. **Babel Negra**. Porto 1935.

TAVARES, Celina. **História do Povo Nalu**. Guiné-Bissau-Nô-terra. 2018.

TEMUDO, Marina, Padrão. **A narrativa da degradação ambiental no Sul da Guiné-Bissau: uma desconstrução etnográfica**. Centro em Rede de Investigação em antropologia, publicação: 1 Novembro 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia**. São Paulo. 2002.